



Número: **0800060-64.2019.8.18.0076**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de União**

Última distribuição : **23/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 5.062,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDILSON DA SILVA FERNANDES (AUTOR)		NEERIAS CAVALCANTE DE LIMA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11094903	14/08/2020 16:11	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**Vara Única da Comarca de União**

Rua Anfrísio Lobão, 222, Centro, UNIÃO - PI - CEP: 64120-000

**PROCESSO Nº:** 0800060-64.2019.8.18.0076 I

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Acidente de Trânsito]

**AUTOR:** EDILSON DA SILVA FERNANDES

**RÉU:** SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### DECISÃO

Trata-se de **AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO DPVAT** interposta por **EDILSON DA SILVA FERNANDES**, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, ambos devidamente qualificadas nos autos.

Devidamente citado, o Requerido apresentou contestação dentro do prazo legal. Juntou documentos.

Intimada para se manifestar, a parte autora apresentou réplica, rebatendo o que foi alegado na Contestação.

Vieram os autos conclusos. Decido.

Considerando que não foram deduzidas preliminares, fixo como ponto controvertido da demanda, nos termos do art. 357 do CPC: a) grau de invalidez da parte autora; b) valor do seguro correspondente ao grau de invalidez aferido. Dessarte, imprescindível a produção de prova pericial para o fim de: a) constatar a incapacidade permanente alegada pela parte autora; e, se positiva a constatação; b) especificar a perda anatômica e, se for parcial, apurar o grau da invalidez (em percentual), de acordo com a tabela anexa à Lei 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.945/09.

No que tange à distribuição do ônus da prova, entendo que não é caso de inversão, sendo aplicáveis as regras gerais do art. 373, I e II do Código de Processo Civil:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I – ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II – ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

**Assim, defiro a produção antecipada de prova pericial requerida, por entender esta ser necessária e suficiente para o deslinde da presente demanda. Para tanto, determino que os autos aguardem em secretaria para a designação de data para realização de audiência de Instrução e julgamento, onde será feita a perícia necessária.**

Expedientes necessários. Cumpra-se.

UNIÃO-PI, 31 de julho de 2020.

**Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de União**

